

Contabilidade Ambiental: um estudo sobre a percepção dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis da Cidade de Maceió (AL)

Environmental accounting: a study on the Accounting Sciences undergraduate students' perception in the City of Maceió (AL)

Este trabalho participou do XI Congresso AnpCONT 2017 – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis promovido em Belo Horizonte (MG) no período de 3 a 6 de junho de 2017.

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis em relação a tópicos correlatos à contabilidade ambiental. A metodologia utilizada quanto ao objetivo proposto se caracteriza como descritiva e, quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de um levantamento (*survey*). A amostra investigada, denominada como não probabilística intencional, foi determinada considerando as instituições de ensino superior (IES), presentes na cidade de Maceió (AL), que oferecem o curso de ciências contábeis e obtiveram aprovação no Exame Nacional de Desenvolvimento de Estudante (ENADE) no ano de 2014. O total de respondentes foi de 165 discentes de seis IES. A coleta de dados foi feita com a aplicação de questionário, sendo tratados por meio de estatística descritiva, na sua dimensão quantitativa. Os resultados evidenciaram que o nível de conhecimento dos discentes a respeito dos tópicos correlatos à contabilidade ambiental é baixo, sendo que apenas 13% dos discentes informaram já ter cursado alguma disciplina voltada à educação ambiental. Questionados sobre o conhecimento das Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às informações de natureza social (NBC T15), 53,3% dos discentes informaram que possuem conhecimento fraco; quanto à estrutura, elaboração e divulgação do balanço social, 41,8% informaram que têm conhecimento intermediário; 58,2% consideraram importante o fato de empresas desenvolverem e divulgarem ações socioambientais; e 51,5% destacaram que o desenvolvimento sustentável é tema muito importante a ser considerado na formação acadêmica.

Palavras-chave: Ciências Contábeis. Contabilidade Ambiental. Gestão Ambiental.

ABSTRACT

The main objective of this research was to analyze the undergraduate students' level of knowledge from courses in accounting sciences on topics related to environmental accounting. The methodology used for the proposed objective is characterized as descriptive and for the methodological procedures as data collection (Survey). The investigated sample, denominated as intentional non-probabilistic, was determined by considering the higher education institutions (HEIs), located in the city of Maceió / AL, that offer the course in accounting sciences and got approval in the National Examination of Student's Development (ENADE) in the year of 2014. The total number of respondents was 165 students from six HEIs. The data collection was carried out through a questionnaire, being treated by descriptive statistics, in its quantitative dimension. The results showed that the students' level of knowledge about the topics related to environmental accounting is low, because only 13% of the students informed that they had already taken some subject related to environmental education. When questioned about the knowledge of the Brazilian Accounting Standards related to social information (NBC T15), 53.3% of the students reported that they have weak knowledge; regarding the structure, elaboration and disclosure of the social report, 41.8% reported having intermediate knowledge; 58.2% considered important the fact of companies to develop and disclose socio-environmental actions; And 51.5% affirmed that sustainable development is a very important topic to be considered in academic training.

Keywords: Accounting Sciences. Environmental Accounting. Environmental management.

Gesualdo Menezes Cavalcante

Mestrando em Controladoria Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC/UFRPE). Pós-graduação em Auditoria e Controladoria Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA). Contato: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP. 52171-900, Recife, PE. E-mail: gesualdom@hotmail.com.

Sheila Mirian Barbosa Israel

Mestranda em Controladoria Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC/UFRPE). Contato: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP. 52171-900, Recife, PE. E-mail: sheilambisrael@yahoo.com.br.

Márcio Mateus Ferreira de Aquino

Mestrando em Controladoria Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC/UFRPE). Especialização em Gestão Pública Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Contato: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos, CEP. 52171-900, Recife, PE. E-mail: mmfa_10@hotmail.com.

Alessandra Carla Ceolin

Professora vinculada ao Departamento de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC/UFRPE). Doutorado e Pós-doutorado em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço: Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos – CEP. 52171-900 – Recife – PE Telefone (81) 3320-5403. E-mail: alessandra.acc@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a degradação ambiental vem aumentando de forma constante e significativa e, em virtude de tal fato, a temática envolvendo as questões ambientais tem despertado grande interesse tanto no meio social como no acadêmico. A sociedade como um todo, destacando-se as empresas denominadas potencialmente poluidoras, está sendo alvo de ações voltadas à proteção do meio ambiente, por meio da adoção de políticas de controle, preservação e recuperação ambiental, com o objetivo maior de garantir a sustentabilidade ambiental (SANTOS et al., 2001).

Atualmente, existem várias discussões sobre o papel das empresas e seu relacionamento com a sociedade, pois além de objetivar o lucro, existem outras obrigações implícitas não exigidas por lei, mas que são esperadas de uma empresa socialmente responsável, tais como: a preservação ambiental e o uso adequado dos recursos naturais (OLIVEIRA et al., 2016).

Com o intuito de mudar esse cenário, a sociedade, por meio dos órgãos fiscalizadores, legislação e políticas sociais, está agindo ativamente, pressionando as empresas a se adequarem aos padrões ambientais estabelecidos, uma vez que são elas consideradas as maiores responsáveis pela degradação do planeta (PAMPLONA et al., 2011; NEITZKE et al., 2015).

Para Ferreira (2003, p. 41), a gestão ambiental “tem por objetivo maior propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva”.

Entre os profissionais que podem atuar na gestão ambiental das empresas, destaca-se o contador. Kraemer (2002, p. 1) afirma que “o contador precisa de uma formação que se estenda além dos limites das técnicas e dos procedimentos, ele precisa estar presente na luta pela preservação ambiental”.

A ciência contábil tem como objetivo controlar o patrimônio das empresas e fornecer informações para tomada de decisões e, consequentemente, mensurar reflexos dos impactos ambientais nesse patrimônio (RIBEIRO, 2012). Assim, o desafio da contabilidade ambiental constitui-se em corrigir pontos ainda deficientes e mensurar econômica e financeiramente os impactos ambientais (ASSIS et al., 2009).

Santos et al. (2001) entendem que a contabilidade pode auxiliar os administradores no gerenciamento empresarial do meio ambiente, pois é considerada uma das principais ferramentas de gestão de negócios. Lindstaedt e Ott (2007) relataram que nos Estados Unidos da América e no Brasil vários organismos começaram a emitir normativos relacionados ao registro contábil e a publicar informes ambientais referentes à evidenciação nos relatórios anuais das companhias.

Assim, para que as empresas tenham o suporte eficiente da contabilidade na gestão ambiental faz-se necessária a qualificação profissional do contador, o que abrange os conhecimentos adquiridos empiricamente e, principalmente, no ambiente acadêmico, consoante a Política Nacional Específica para a Educação Ambiental no Brasil (PNEA), Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que destaca a educação ambiental como “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999).

Ante o exposto, este artigo tem o objetivo de analisar o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis em relação a tópicos correlatos à contabilidade ambiental; elegendo-se como objetivo secundário verificar como se dá a preparação desses estudantes para atuarem frente às exigências da sociedade inerentes às questões do meio ambiente e da sustentabilidade.

Para execução da pesquisa foi aplicado um questionário com os discentes do 7º e 8º períodos de cursos de graduação em ciências contábeis presentes na cidade de Maceió, com a seguinte problematização: **qual o nível de conhecimento dos discentes de graduação do curso de ciências contábeis a respeito dos tópicos da contabilidade ambiental tratados no contexto acadêmico?**

Justifica-se a relevância desta pesquisa, tendo em vista que as exigências da sociedade em relação às questões do meio ambiente têm sido cada vez maiores. Estudos anteriores apontam que empresas que se preocupam e praticam ações voltadas ao meio ambiente têm conquistado relevância social, obtendo vantagens competitivas de mercado.

Cabe expor que o patrimônio das empresas é o objeto da ciência contábil, incluindo-se os aspectos ambientais, sendo os contadores os profissionais responsáveis por auxiliar na gestão e divulgação dos recursos ambientais, por meio da contabilidade ambiental. Desta forma, faz-se necessário que as questões ambientais sejam abordadas na formação acadêmica para que os futuros profissionais possam estar aptos a atender as demandas da sociedade; assim, este estudo se torna relevante ao contribuir com informações quanto ao conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis na cidade de Maceió em relação à contabilidade ambiental.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Responsabilidade Socioambiental

O artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para o presente e as futuras gerações”. O desenvolvimento sustentável está baseado na harmonia de seus três pilares: ecológico, econômico e social (ASSIS et al., 2009).

A responsabilidade social envolve o cidadão, o governo e as empresas. Neste contexto, a responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que corresponde à relação ética e transparente da empresa com todos os públicos

com os quais ela mantém relacionamentos e, também, pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, mantendo os recursos ambientais e culturais para o futuro, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS, 2013).

Para Silva e Callado (2013, p. 88):

(...) com o processo de globalização e o aumento da competitividade empresarial, as empresas passaram a ter a necessidade de controlar informações relacionadas aos seus aspectos financeiros e aos seus aspectos não financeiros, como a responsabilidade social e ambiental da empresa.

Orellano e Quiota (2011) apontam que existe perspectiva comum entre as diversas definições de responsabilidade socioambiental empresarial, e a principal é a que defende que a empresa deve aprimorar seu modelo de gestão para atingir finalidades financeiras e não financeiras (social e ambiental). A cada dia que se passa, mais empresas estão enfatizando que um dos seus principais objetivos é alcançar o desenvolvimento sustentável (BEUREN; THEISS; CARLI, 2013). Altoé e Voese (2014, p. 120) pontuam que os “Aspectos ambientais têm sido uma das preocupações das empresas, sobretudo em função da escassez dos recursos naturais e pela imposição de legislação reguladora”.

A Responsabilidade Socioambiental vem sendo amplamente discutida em nível mundial, na expectativa de construir um desenvolvimento sustentável para todas as nações. Ela implica na obrigação que um indivíduo ou corporação têm perante a sociedade e o meio ambiente, conseqüente de suas ações que podem ter impacto positivo ou não, dependendo da ação, da intenção e da energia despendida para sua concretização (LUIZ et al., 2013, p. 55).

Nas últimas décadas, a importância da responsabilidade social e dos relatórios de sustentabilidade vem crescendo, tornando o tema relevante não apenas para o governo e a sociedade civil, mas também para o mundo corporativo (NAKASONE, 2015).

2.2 Gestão e Contabilidade Ambiental

A gestão ambiental é uma das alternativas mais plausíveis de alavancar os índices de desenvolvimento sustentável, pois está sendo implantada em muitas organizações como um fator estratégico para acirrar a competitividade e conquistar a confiança dos *stakeholders* (LUIZ et al., 2013).

Considerada uma inovação, a gestão ambiental surgiu para minimizar os impactos das atividades empresariais sobre o meio ambiente, valorizando o bem-estar da comunidade e trazendo indicadores relevantes à tomada de decisões dos gestores (ASSIS et al., 2009). Neste sentido, Pinheiro e Boscov (2015) acrescentam que, para os analistas tomarem decisões, faz-se necessário compreender as informações gerenciais das companhias.

Ferreira (2003) afirma que o principal objetivo da gestão ambiental é fornecer vantagens para as empresas que ajudem a anular ou diminuir os custos das degradações ambientais causados pelas suas atividades produtivas. Para Tinoco e Robles (2006, p. 1082) gestão ambiental é o “sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recurso para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental”. Para esses autores, é tudo que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos que são provocados pelas suas atividades exercidas.

Para dar suporte à gestão ambiental a contabilidade vem adaptando seus conceitos da contabilidade geral: ativo, passivo, receita e despesas para a linguagem ambiental, de modo que se possam mensurar e evidenciar os ativos ambientais, passivos ambientais, receitas e despesas ambientais. Porém, ainda existem pontos deficientes nessas adaptações que representam um grande desafio para a contabilidade ambiental (ASSIS et al., 2009). Estudos realizados por Rodrigues et al. (2014) evidenciaram que grande parte das informações ambientais que são publicadas pelas companhias não possuem uma padronização.

Kraemer (2002, p. 35) descreve que “a contabilidade ambiental surgiu em 1970, quando as empresas passaram a dar um pouco mais de atenção aos problemas ambientais”. A contabilidade ambiental não é uma ciência nova, não obstante ser considerada um ramo da contabilidade geral, que tem entre seus objetivos quantificar todas as atividades empresariais relacionadas a gastos e investimentos de natureza ambiental (RIBEIRO, 2012). De acordo com Costa e Marion (2007), a contabilidade ambiental, além de atender à finalidade particular das empresas (interesse dos sócios e acionistas), também possui a finalidade social de demonstrar em termos monetários o grau de destruição potencial.

Na visão de Carvalho (2012), a contabilidade ambiental é o segmento da ciência contábil responsável pelo registro e evidenciação das ocorrências que provocam alterações nos elementos patrimoniais da empresa como resultado da sua relação com o meio ambiente, não se trata de uma nova técnica ou ciência, a exemplo da auditoria, escrituração ou análise das demonstrações financeiras, é considerada tão-somente como uma nova tendência da contabilidade geral.

Embora considerada uma poderosa ferramenta no auxílio à proteção ambiental nas decisões gerenciais, as empresas brasileiras ainda possuem um baixo nível de conhecimento para a aplicação da contabilidade ambiental como apoio à gestão ambiental (SANTOS et al., 2001).

A contabilidade ambiental é responsável por fazer as mudanças necessárias para que os sistemas de informações de natureza econômico-financeira passem a englobar informações ambientais e sociais estreitando as relações entre a

empresa e a sociedade (TINOCO; KRAEMER, 2004). De acordo com Santos et al. (2001, p. 90) “a contabilidade pode auxiliar os administradores no gerenciamento empresarial do meio ambiente, pois ela é considerada, atualmente, uma das principais ferramentas de gestão de negócio”.

A contabilidade ambiental deve ser capaz de registrar, mensurar e evidenciar os custos, despesas, receitas, ativos e passivos ambientais por meio de demonstrativos ambientais. Neste sentido, e de acordo com o pensamento de outros autores, verifica-se que tais registros e evidenciação também poderão ser demonstrados no balanço social (GUARNIERI; HASS; MONTEIRO, 2013).

A cada dia que se passa as empresas e a sociedade precisam cada vez mais da contabilidade ambiental, pois ela é um poderoso instrumento que dá suporte à gestão ambiental. Para Ferreira (2003, p. 41) a gestão ambiental “tem por objetivo maior propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva”. Compreende-se que a contabilidade ambiental busca mensurar os ativos e passivos ambientais.

Os ativos ambientais são constituídos por todos os bens e direitos que tenham a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e que visem à preservação, proteção e recuperação ambiental (RIBEIRO, 2012). Para Santos et al. (2001, p. 91) “são considerados ativos ambientais todos os bens e direitos destinados ou provenientes da atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo”.

Os ativos ambientais que integram o ativo circulante são identificados por materiais de consumo utilizados no processo de eliminação ou redução da poluição, já os investimentos permanentes produzidos ou adquiridos são ativados com a intenção de reduzir os impactos causados ao meio ambiente (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Já o passivo ambiental é toda obrigação contraída, voluntária ou involuntariamente, destinada à aplicação em ações de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, originando, como contrapartida, um ativo ou custo ambiental (SANTOS et al., 2001; PAMPLONA et al., 2011). Ante o exposto, faz-se necessário que os profissionais contadores procurem quantificar e evidenciar o patrimônio ambiental, não abrangendo somente os ativos e passivos ambientais, mas também os custos, despesas e receitas ambientais.

A interdisciplinaridade precisa estar presente; o entrosamento das várias áreas de conhecimento, inclusive, internamente, às companhias é um fator primordial para que as empresas possam melhor gerenciar sua sustentabilidade. E, nesse contexto, a Contabilidade deve ampliar seu campo de atuação, deixando de se dedicar, apenas, ao fluxo de eventos e transações tradicionais, para incluir, também, aqueles que ocorrem, rotineiramente, mas de forma “oculta”. Uma grande mudança no comportamento dos profissionais de contabilidade é esperada. As empresas já não estão mais tão resistentes para a exposição pública; os contadores têm como evidenciar o benefício da abertura; entidades profissionais podem ser mais ativas. Os contadores precisam aproveitar a mudança de mentalidade e, colocar números no que é evidenciado. Afinal, “o que não se mede não pode ser gerenciado”. Logo, os relatórios socioambientais e de sustentabilidade divulgados na atualidade poderão ser bem melhores, se a eles for adicionada a variável econômico-financeira para evidenciar o valor que as empresas estão criando para a manutenção física do capital natural (RIBEIRO, 2012, p. 7).

Para a divulgação das informações sociais e ambientais as empresas utilizam vários relatórios, todavia o mais conhecido e importante para a evidenciação do patrimônio ambiental é o balanço social.

2.3 Balanço Social

A história do balanço social começou entre 1930 e 1960 nos Estados Unidos seguindo posteriormente para Europa, surgiu da concepção da responsabilidade social, isto quando a sociedade começou a se manifestar e exigir relatórios que demonstrassem a responsabilidade social das empresas (SILVA et al., 2009; GOMES; SOUZA, 2010; PEREIRA et al., 2010).

A empresa alemã STEAG, em 1971, elaborou um relatório social demonstrando suas atividades sociais em consequência da popularização que o tema obteve na Europa nos anos 1970 (GOMES; SOUZA, 2010). Todavia, de acordo com Gomes e Souza (2010, p.19), “o marco na trajetória dos balanços sociais aconteceu na França em 1972, quando a empresa SINGER confeccionou o primeiro balanço social da história das organizações”.

No Brasil, a partir de 1997, o sociólogo Herbert José de Souza, e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) começaram a chamar a atenção dos empresários e de toda a sociedade para a importância da elaboração e publicação do balanço social, inclusive foi proposto um modelo para uniformizar as informações (SILVA et al., 2009; GOMES; SOUZA, 2010).

Pereira et al. (2010, p. 529) definem balanço social como “[...] um relatório corporativo, não financeiro, onde são apresentados os principais indicadores de desempenho ambiental, econômico e social”. Para Oro, Vicenti e Scarpin (2014, p. 79) “o balanço social é um demonstrativo que compreende informações sobre projetos, benefícios e ações sociais voltadas aos agentes internos e externos como instrumento de responsabilidade social”.

Contextualizando, define-se o balanço social como um demonstrativo contábil não obrigatório que vem sendo publicado pelas organizações com o intuito de evidenciar as informações de natureza social e ambiental. Sua publicação demonstra a preocupação das empresas com a responsabilidade social, o meio ambiente e o desenvolvimento

sustentável. Para Gomes e Souza (2010, p. 20) “a função principal do balanço social da empresa é tornar pública a sua responsabilidade social”.

Maçambanni et al. (2013, p. 130) expõem que “o balanço social economicamente é um demonstrativo que serve como base para os analistas de mercado, investidores e órgãos financiadores, dentre outros, avaliarem a situação social e ambiental da empresa”. Os dados colhidos do balanço social servem como complemento das avaliações feitas nos demonstrativos financeiros, de cunho não social, tais como balanço patrimonial, DRE, fluxo de caixa e os demais.

Existiram tentativas de normatizar a forma pela qual as informações de caráter social e ambiental deveriam ser evidenciadas, a exemplo os casos dos modelos de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do *Global Reporting Initiative* (GRI), ainda não existe no Brasil a obrigatoriedade de divulgação das informações ambientais (MURCIA et al., 2008, p. 261).

Em 2004, por meio da Resolução CFC n.º. 1.003 (2004) o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou a NBC T 15, normas brasileiras de contabilidade que discriminam os procedimentos para a evidenciação de informações de natureza socioambiental a serem observados pelos profissionais da contabilidade no exercício da profissão. Esta norma entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2006. De acordo com a referida resolução:

As informações contábeis, contidas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, são de responsabilidade técnica de contabilista registrado em Conselho Regional de Contabilidade, devendo ser indicadas aquelas cujos dados foram extraídos de fontes não-contábeis, evidenciando o critério e os controles utilizados para garantir a integridade da informação. A responsabilidade por informações não-contábeis pode ser compartilhada com especialistas.

Neste sentido, destaca-se que a responsabilidade técnica pela elaboração das informações socioambientais contidas no balanço social é dos profissionais de contabilidade, conforme destaca o CFC. Não obstante, salienta-se que a preparação, o estudo para a elaboração do balanço social, em tese, deve começar dentro das próprias Instituições de Ensino Superior (IES) no curso de ciências contábeis, pois os estudantes desta ciência precisam obter conceitos e definições sobre a responsabilidade social e ambiental das empresas, pois serão os futuros profissionais com responsabilidade técnica para elaborar o balanço social e os demais demonstrativos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada quanto ao objetivo proposto se caracteriza como descritiva, com a finalidade de analisar o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis em relação a tópicos correlatos à contabilidade ambiental.

Quanto aos procedimentos metodológicos trata-se de um levantamento (*survey*), em que se buscou determinar uma amostra para colher e apresentar informações em torno da temática abordada (GIL, 2008). No que diz respeito à abordagem, denominou-se como quantitativa.

Para obtenção do universo levantaram-se informações das IES, presentes em Maceió, que oferecem o curso de ciências contábeis, a amostra, denominada como não probabilística intencional, foi determinada considerando os cursos de ciências contábeis que obtiveram aprovação no Exame Nacional de Desenvolvimento de Estudante (ENADE) no ano de 2014, conforme a Portaria n.º. 564, do Ministério da Educação (MEC), de 18 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União n.º. 244, de 22 de dezembro de 2015. Optou-se, ao fim, por aplicar a pesquisa com discentes em período de formação, estando estes em curso do 7º e 8º períodos.

Por meio de tais informações pode-se verificar a existência de 8 IES que atenderam a tais características, contudo apenas 6 IES participaram da pesquisa. O Quadro 1 destaca as IES participantes.

Quadro 1 – Instituições de Ensino Superior participantes da pesquisa

Instituições de Ensino Superior (IES)
Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC
Faculdade Alagoana de Administração – FAA
Faculdade da Cidade de Maceió – FACIMA
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Maceió – NASSAU
Faculdade de Ciências Contábeis de Maceió – SEUNE
Faculdade Integrada Tiradentes – UNIT

Fonte: Ministério da Educação (2015)

Cabe esclarecer que as 2 IES não participantes da pesquisa são:

- Universidade Federal de Alagoas (UFAL): não foi possível realizar a pesquisa em virtude da greve institucional.
- Faculdade Estácio de Alagoas (FAL): não havia, no momento da pesquisa, alunos cursando o 7º e/ou 8º períodos.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário, sendo aplicado no período de 10 de outubro a 5 de novembro de 2016. Os dados coletados foram tratados por meio de estatística descritiva, na sua dimensão quantitativa.

O questionário foi elaborado com dois blocos: (i) perfil dos respondentes e (ii) questionamentos quanto a conhecimentos correlatos à contabilidade ambiental.

A aplicação de questionários ocorreu em sala de aula pelos próprios pesquisadores, com apoio de professores e coordenadores do curso de ciências contábeis, como também, por meio eletrônico utilizando a ferramenta Google Docs.

A população total da pesquisa foram os 285 alunos matriculados no 7º e 8º períodos, obtendo-se amostra de 165 respondentes, o que representa 54,74% do total da população.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Perfil dos Respondentes

O primeiro bloco do questionário buscou colher informações para traçar o perfil dos respondentes. A Tabela 1 evidencia a quantidade de respondentes por IES e período cursado.

Tabela 1 – Respondentes por IES

IES	7º Período		8º Período	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
CESMAC	11	6,67%	14	8,48%
FAA	3	1,82%	2	1,21%
FACIMA	0	0,00%	17	10,30%
NASSAU	8	4,85%	29	17,58%
SEUNE	29	17,58%	23	13,94%
UNIT	13	7,88%	16	9,70%
TOTAL	64	38,79%	101	61,21%

Fonte: Dados da pesquisa

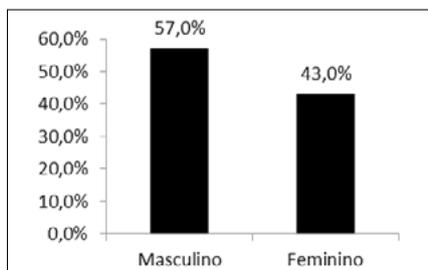
Os números da Tabela 1 demonstram que grande parte dos respondentes (61,21%) cursa o 8º período, o que pode gerar credibilidade a esta pesquisa, visto que, como concluintes, já cursaram e estão em cursos de todas as disciplinas contidas nas grades curriculares do curso de ciências contábeis.

Analisando os respondentes por IES, observa-se que a SEUNE obteve o maior número de respondentes (52), o que corresponde a 31,52% do total, porém, em contraponto, em números gerais, 17,58% cursam o 7º período e 13,94%, o 8º período. A faculdade FAA, no momento da pesquisa, só continha 5 discentes matriculados, três no 7º período e dois no 8º; embora em percentual tenha participado com 100% dos estudantes, em números relativos obteve uma amostra inexpressiva.

A faculdade FACIMA só continha turma em curso no 8º período no 2º semestre do ano de 2016, e a faculdade NASSAU foi a que apresentou o maior número de discentes matriculados no 8º período (29). Tais observações foram expostas a fim de justificar a diferença na quantidade de respondentes em curso no 7º e 8º períodos.

Quanto ao gênero dos discentes, o resultado da pesquisa apontou que dos 165 respondentes 94 (57%) são do sexo masculino e 71 (43%) do sexo feminino, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Gênero dos Respondentes

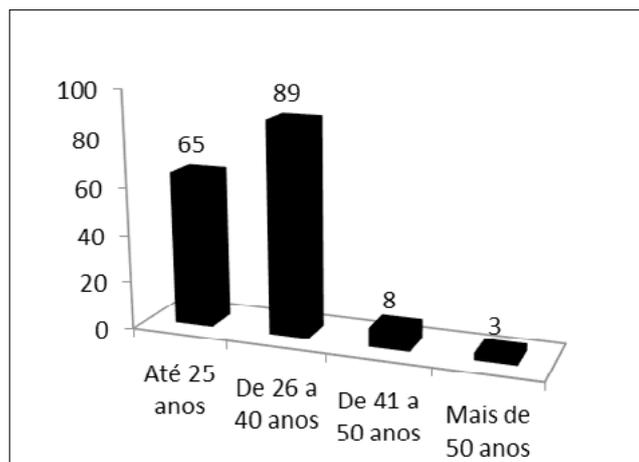


Fonte: Dados da pesquisa

Apesar de o número de homens ser maior do que o de mulheres foi observado um crescimento dos futuros profissionais do sexo feminino ao se comparar com os dados da pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2013), em todo o Brasil, que constatou que 66,1% dos profissionais de contabilidade são do sexo masculino e 33,9% do sexo feminino.

A Figura 2 demonstra a faixa etária dos respondentes.

Figura 2 – Faixa Etária dos Respondentes



Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se que 89 estudantes, ou seja, 53,94% estão entre 26 a 40 anos de idade; 65 discentes estão na faixa até 25 anos, 39,39%; e apenas 11 estudantes estão na faixa acima de 41 anos de idade (6,67%). Tem-se como perfil predominante dos respondentes, discentes em ciências contábeis cursando o 8º período, do sexo masculino e com idade entre 26 e 40 anos.

4.2 Análises do Nível de Conhecimento dos Discentes quanto à Contabilidade Ambiental e Temas Correlatos

O segundo bloco do questionário, em sua primeira parte, buscou informações em torno das temáticas abordadas em sala de aula referentes à contabilidade ambiental, participação em eventos, auditoria e gestão ambiental e desenvolvimento sustentável. Já a segunda parte teve como intuito adquirir informações sobre o nível de conhecimento e grau de importância relacionados à NBC T15, balanço social e desenvolvimento sustentável.

4.2.1 Análises sobre a Contabilidade Ambiental e Temas Correlatos

O Quadro 2 abordou aspectos sobre temáticas trabalhadas em sala de aula referentes à contabilidade ambiental, participação em eventos, auditoria, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável, e questionamentos foram realizados aos discentes em relação a estes tópicos.

Questionados se já cursaram a disciplina de contabilidade ambiental 92,12% responderam que 'não' e apenas 7,88% responderam que 'sim', a expressividade da falta da disciplina é alarmante. Calixto (2006) afirma que contabilidade ambiental é um campo dinâmico e esforços têm sido desprendidos para a sua inclusão efetiva na grade curricular dos cursos de ciências contábeis.

Já pesquisa realizada com contabilistas da região Sul e Sudeste do estado do Pará, elaborada por Silva e Rios (2014), revelou que a maioria dos profissionais, ou seja, 69,4%, nunca teve contato com a contabilidade ambiental. Neste sentido, constata-se que os dados colhidos da literatura apontam que pode haver descaso das IES na formação dos discentes do curso de graduação em ciências contábeis em relação à disciplina contabilidade ambiental.

Para Lacerda et al. (2008, p. 132) "os eventos científicos permitem que os seus participantes tenham acesso a informações atualizadas na área profissional ou de estudo"; observa-se por meio dos dados coletados que apenas 13 discentes, o que representa 7,88% da amostra, já participaram de algum tipo de evento relacionado à contabilidade ambiental; 92,12% nunca foram a eventos relacionados ao tema.

Silva e Rios (2014), em pesquisa realizada, constataram que a grande maioria dos profissionais, ou seja, 75%, nunca participaram de eventos sobre a contabilidade ambiental e temas correlatos. Neste sentido, observou-se que em ambos os trabalhos os índices de discentes ou profissionais que já participaram de eventos a respeito da contabilidade ambiental podem ser considerados baixos dada a relevância do tema. Tais informações podem demonstrar a falta de interesse ou até mesmo de incentivo aos discentes e profissionais de ciências contábeis em relação à temática.

Quadro 2 – Questões referentes à contabilidade ambiental e correlatos

Questões	Sim		Não	
	F. Abs.	F. Rel.	F. Abs.	F. Rel.
Já cursou alguma disciplina de Contabilidade Ambiental?	13	7,88%	152	92,12%
Já participou de algum evento (cursos, palestras, congressos ou seminários) sobre Contabilidade Ambiental?	13	7,88%	152	92,12%
Você cursaria a disciplina de Contabilidade Ambiental, mesmo que fosse optativa?	119	72,12%	46	27,88%
Contabilidade Ambiental, auditoria ambiental e gestão ambiental são termos utilizados com frequência pelos professores no curso de Ciências Contábeis?	22	13,33%	143	86,67%
Em sala de aula, os professores abordam as temáticas do desenvolvimento sustentável associadas as suas disciplinas?	52	31,52%	113	68,48%

Fonte: Dados da pesquisa

Quando questionados se cursariam a disciplina de contabilidade ambiental, mesmo que esta fosse optativa, 72,12% dos entrevistados responderam que 'sim' e 27,88% responderam que 'não' cursariam. Os resultados corroboram o estudo realizado por Calixto (2006), que demonstrou que o número de alunos que optaram por cursar a disciplina de contabilidade ambiental, quando oferecidas, foi significativo. Assim também, a pesquisa elaborada por Carvalho et al. (2010) com estudantes de ciências contábeis no estado da Paraíba pontuou que metade dos alunos (50%) estariam dispostos a cursar a disciplina contabilidade ambiental mesmo que esta fosse optativa.

Outra questão buscou evidenciar se as temáticas de contabilidade ambiental, auditoria ambiental e gestão ambiental são referendadas pelos professores dos cursos de ciências contábeis, 86,67% dos discentes responderam que 'não'. Tal resultado pode ser reflexo da falta de prioridade que as IES dão ao tema. A pesquisa de Calixto (2006), diante da sua amostra, apontou que das 13 instituições que ofereciam a disciplina da contabilidade ambiental, em 11 delas, a disciplina é optativa.

Em relação à abordagem da temática desenvolvimento sustentável, foi questionado se esta é abordada por professores em sala de aula; 31,52% dos discentes responderam que 'sim' e 68,48% responderam que 'não'. A pesquisa realizada por Carvalho et al. (2015) evidenciou que 100% dos entrevistados revelaram que focar a temática ambiental na sua área de atuação é importante, como também, a maioria ratificou que a temática ambiental deve ser abordada por meio do enfoque do desenvolvimento sustentável. Os resultados da pesquisa, em termos percentuais, sinalizam que o tema ainda é pouco abordado pelos docentes em sala de aula. Faz-se necessário que haja mudança de postura para que os futuros profissionais tenham maior conscientização sobre o desenvolvimento sustentável.

4.2.2 Análises sobre o Nível de Conhecimento e Grau de Importância da (NBC T15), Balanço Social e Desenvolvimento Sustentável

Este bloco da pesquisa buscou evidenciar o nível de conhecimento dos discentes sobre aspectos da contabilidade ambiental, como também verificar o grau de importância sobre a evidenciação do balanço social e do desenvolvimento sustentável.

A Tabela 2 contém as respostas referentes ao nível de conhecimento dos discentes sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às Informações de Natureza Social e Ambiental (NBC T15) editadas pela Resolução nº. 1003/04 publicada pelo CFC, que estabeleceu procedimentos para evidenciação de natureza social e ambiental a serem observados pelos profissionais de contabilidade no exercício da profissão.

Uma análise dos dados da Tabela 2 permite constatar que o nível de conhecimento dos alunos sobre a NBC T15 está entre 'Fraco' e 'Regular', 53,3% e 31,5%, respectivamente, o que pode estar associado à não oferta da disciplina de contabilidade ambiental na grade curricular dos cursos de ciências contábeis, como também ao baixo nível de participação dos respondentes em eventos associados ao tema.

Tabela 2 – Nível de conhecimento sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às informações de natureza social e ambiental

Nível de Conhecimento	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Fraco	88	53,3%
Regular	52	31,5%
Bom	21	12,8%
Muito bom	4	2,4%
Total	165	100

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 destaca o nível de conhecimento dos respondentes quanto à estrutura, elaboração e divulgação do balanço social, compreendendo que a responsabilidade técnica pela elaboração das informações socioambientais contidas no balanço social é dos profissionais de contabilidade, conforme destaca a resolução 1003/04 do CFC.

Tabela 3 – Nível de conhecimento a respeito da estrutura, elaboração e divulgação do balanço social

Nível de Conhecimento	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não possui	45	27,3%
Iniciante	44	26,7%
Intermediário	69	41,8%
Avançado	7	4,2%
Total	165	100

Fonte: Dados da pesquisa

Em geral, mais da metade dos respondentes, 54%, ou não possui conhecimento ou este é iniciante em relação à estrutura, elaboração e divulgação do balanço social; em termos isolados, a maioria, 41,8%, declarou ter um conhecimento intermediário, e apenas 7 alunos, 4,2%, afirmaram ter um conhecimento avançado. Faz-se mister ressaltar que os resultados ora apresentados pela pesquisa, não podendo ser generalizados, são de certo modo preocupantes, visto que os contadores são os únicos profissionais com responsabilidade técnica para elaborar esse demonstrativo, e que em tese a maioria dos alunos do 7º e 8º períodos do curso de graduação de ciências contábeis já deveriam ter um nível de conhecimento intermediário ou avançado. A elaboração, análise e divulgação do balanço social no Brasil vêm sendo utilizadas, cada vez mais, por um número maior de organizações (GOMES, SOUZA, 2010).

A geração de valor e vantagem competitiva sustentável é formada por uma combinação estratégica de recursos, habilidades e processos organizacionais que tornam a empresa mais forte em relação a seus concorrentes (HANASHIRO; TEIXEIRA; ZACCARELLI, 2008).

Tabela 4 – Nível de relevância das empresas que desenvolvem e evidenciam projetos socioambientais por meio do Balanço Social e demais relatórios, quanto às vantagens competitivas em relação a seus concorrentes.

Nível de relevância	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Irrelevante	6	3,6
Pouco importante	16	9,7
Importante	96	58,2
Muito importante	47	28,5
Total	165	100

Fonte: Dados da pesquisa

O nível de percepção dos discentes sobre a relevância quanto ao desenvolvimento e divulgação de projetos socioambientais, relacionados às vantagens competitivas que as empresas poderão adquirir diante de seus concorrentes, é espelhado na Tabela 4.

A análise dos dados espelhados na Tabela 4 revela que os discentes consideram que empresas que desenvolvem e evidenciam projetos socioambientais por meio do balanço social e demais relatórios obtêm vantagens competitivas em relação a seus concorrentes, pois 58,2% afirmaram ser 'importante' e 28,5% admitiram ser 'muito importante', é oportuno ressaltar que esses dois percentuais somados representam 86,7%.

Os resultados corroboram o estudo realizado por Silva, Oliveira e Jesus (2013) quando buscaram opiniões dos estudantes de engenharia de uma IES pública, em que a maioria dos alunos (80%) afirmou que a responsabilidade social proporciona vantagens competitivas às empresas. De forma semelhante, Luiz et al. (2013) acrescentam que a gestão ambiental está sendo implantada em muitas organizações como um fator estratégico para acirrar a competitividade e conquistar a confiança dos stakeholders.

Por fim, como destacado na Tabela 5, buscou-se identificar o nível de importância que o tema desenvolvimento sustentável deveria conter durante a formação acadêmica do curso de graduação em ciências contábeis.

Os dados coletados indicaram que grande parte dos respondentes (51,5%) afirmou que o tema desenvolvimento sustentável deve ser considerado como 'muito importante' na formação acadêmica; assim também 43% disseram ser 'importante'. Somando-se os percentuais tem-se 94,5%, ou seja, na percepção dos alunos o tema desenvolvimento sustentável deve ser estudado, pensado, refletido, apreciado durante a formação universitária.

Tabela 5 – Nível de importância que o tema desenvolvimento sustentável deveria conter durante a formação acadêmica.

Nível de relevância	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Irrelevante	3	1,9
Pouco importante	6	3,6
Importante	71	43,0
Muito importante	85	51,5
Total	165	100

Fonte: Dados da pesquisa

Os resultados foram semelhantes aos encontrados na pesquisa com os discentes de pós-graduação em contabilidade, controladoria e finanças elaborada por Carvalho et al. (2015), em que 94,4% dos respondentes afirmaram que a temática precisa fazer parte do cotidiano acadêmico e profissional. Gonçalves, Tanaka e Amedomar (2013, p. 124) destacam “[...] a necessidade da construção de uma cultura voltada para a preocupação com o meio ambiente pela educação ambiental, promovendo mudanças de valores e hábitos da sociedade”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados apontaram que poucos são os discentes que já cursaram alguma disciplina voltada ao meio ambiente, assim como há pouca representatividade daqueles que já participaram de eventos envolvendo a temática. Demonstrou-se, também, a falta de aplicação de conhecimento aos alunos quanto aos aspectos de contabilidade ambiental, isto por parte dos professores, que talvez não detenham tal conhecimento, ou não estejam preparados para compartilhá-los, não se podendo descartar a possibilidade de esta temática não ser considerada relevante pelo corpo docente e/ou pelas instituições de ensino superior.

Tais fatores determinam os resultados quanto ao nível de conhecimento dos discentes no que se refere às Normas Brasileiras de Contabilidade relacionadas às informações de natureza social e ambiental (NBC T15) e à estrutura, elaboração e divulgação do balanço social, considerados estes como fraco a regular.

Faz-se mister ressaltar que apesar de o nível de conhecimento dos discentes não apresentar respostas satisfatórias, a grande maioria (94,5%) afirmou que o tema desenvolvimento sustentável deveria ser aplicado durante a formação acadêmica. Observou-se, também, que grande parte dos alunos (86,7%) tem a percepção de que empresas que desenvolvem projetos socioambientais adquirem vantagens competitivas em relação aos seus concorrentes.

No entanto, a contabilidade ambiental é uma disciplina optativa na grande maioria das universidades e faculdades do Brasil, sejam públicas ou privadas. As pesquisas existentes revelam que os alunos têm interesse em cursar essa disciplina mesmo quando optativa. Além disso, as grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis geralmente dão ênfase às disciplinas de contabilidade tributária ou fiscal, comercial, de custos, gerencial, entre outras. No entanto, com as mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente, o cenário vem mudando e a contabilidade ambiental deixou de ser um ator coadjuvante para virar ator principal, pois nunca se falou tanto em meio ambiente como nos dias atuais.

Portanto, as pesquisas apontam mudanças de cenário, demonstrando que a contabilidade ambiental deveria possuir maior importância nos cursos de ciência contábeis.

Tais análises e informações coletadas podem validar e tornar como alcançado o objetivo elencado nesta pesquisa, dito este como: analisar o nível de conhecimento de discentes de cursos de graduação em ciências contábeis em relação aos tópicos correlatos à contabilidade ambiental. As análises relacionadas ao objetivo secundário revelaram que os cursos de graduação em ciências contábeis analisados nesta pesquisa não preparam efetivamente os discentes para atuarem frente às exigências da sociedade referente às questões envolvendo o meio ambiente e a sua sustentabilidade. Identificou-se que termos como contabilidade ambiental, auditoria ambiental, gestão ambiental e sustentabilidade ainda são pouco abordados pelos professores em sala de aula.

Assim também, este trabalho ratificou estudos anteriores, ao demonstrar que há uma falta de prioridade ou uma inércia das instituições de ensino superior em inserir e ofertar disciplinas e temas relacionados ao meio ambiente nos cursos. Alunos, professores, pesquisadores e órgãos de proteção do meio ambiente deveriam buscar junto às instituições de ensino e órgãos do governo que esta disciplina seja de cunho obrigatório no curso de Ciências Contábeis, pois só assim haveria uma mudança de postura do contador como profissional fundamental na gestão ambiental das organizações.

É pertinente ressaltar que esta pesquisa foi restrita aos discentes do 7º e 8º períodos do curso de graduação de ciências contábeis da cidade de Maceió, não cabendo generalização dos dados. Recomenda-se a elaboração de pesquisas futuras sobre o tema, ampliando-se a amostra, assim como a busca de mais informações pertinentes aos órgãos reguladores no tanger da gestão ambiental e contabilidade ambiental, incluindo-se a análise das grades curriculares e consequentes ementas dos cursos de ciências contábeis, em busca de informações em torno da aplicação acadêmica da temática.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. N.; RIBEIRO, M. S.; MIRANDA, C. S.; REZENDE, A. J. Contabilidade ambiental e o agronegócio: um estudo empírico entre as usinas de cana-de-açúcar. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, v. 4, n. 2, p. 88-103, 2009.

ALTOÉ, S. M. L.; VOESE, S. B. Gestão de resíduos da indústria do biodiesel: um estudo da criação de valor na cadeia de suprimentos. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 3, n. 1, p. 107-123, 2014.

BEUREN, I. M.; THEISS, V.; CARLI, S. B. Influência do eco-controle no desempenho ambiental e econômico de empresas. *Contaduría y administración*, v. 58, n. 4, p. 9-37, 2013.

BRASIL. *Constituição Federal da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 out. 2016.

BRASIL. *Lei Federal nº. 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. [Diário Oficial da República Federativa do Brasil], Brasília (DF), 28 abr. 1999.

CALIXTO, L. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. *Revista Universo Contábil*, v. 2, n. 3, p. 65-78, 2006.

CARVALHO, G. M. B. *Contabilidade ambiental: teoria e prática*. Curitiba: Juruá, 2012.

CARVALHO, J. R. M. de; ABREU, I. G. de; CARVALHO, E. K. M. A. de; SILVA, M. M. P. Percepção da educação ambiental: um estudo junto aos discentes de pós-graduação de uma IES no estado da Paraíba. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 4, n. 2, p. 234-253, 2015.

CARVALHO, J. R. M. de; ALEXANDRE, F. A. M.; ALMEIDA, K. K. N.; CARVALHO, E. K. M. A.; CURI, W. F. Uma análise do interesse dos estudantes de Ciências Contábeis pela área de contabilidade ambiental. *Revista Ambiente Contábil*, v. 2, n. 1, p. 37-53, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Pesquisa perfil do profissional da contabilidade 2012/2013*. 2013. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/12/livro_perfil_2013_web2.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução n. 1003, de 19 de agosto de 2004*. Aprova a NBC T 15 Informações de Natureza Social e Ambiental. 2004. Brasília: CFC. Disponível em: <cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1003.doc>. Acesso em: 26 out. 2016.

COSTA, R. S. da; MARION, J. C. A uniformidade na evidência das informações ambientais. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 18, n. 43, p. 20-33, 2007.

FERREIRA, A. C. de S. *Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. G.; SOUZA, R. B. L. Balanço social: análise da evolução dos indicadores sociais e ambientais do BANRISUL. *Revista Contexto*, v. 10, n. 18, p. 18-33, 2010.

GONÇALVES, M. A.; TANAKA, A. K.; AMEDOMAR, A. A. de. A destinação final dos resíduos sólidos urbanos: alternativas para a cidade de São Paulo através de casos de sucesso. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategy*, v. 5, n. 1, p. 96-131, 2013.

GUARNIERI, P.; HASS, D.; MONTEIRO, G. A mensuração dos efeitos financeiros e econômicos da logística reversa pela contabilidade ambiental. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 4, n. 2, p. 202-225, 2013.

HANASHIRO, D. M. M.; TEIXEIRA, M. L. M.; ZACCARELLI, L. M. *Gestão do fator humano: uma visão baseada em stakeholders*. São Paulo: Saraiva, 2008.

INSTITUTO ETHOS. *Glossário*. 2013. Disponível em: <<https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Gloss%C3%A1rio-Indicadores-Ethos-V2013-09-022.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental: o passaporte para a competitividade. *CRCSC & Você*, v. 1, n.1, p. 25-40, 2002.

LACERDA, A. L. de; WEBER, C.; PORTO, M. P.; SILVA, R. A. da. A importância dos eventos científicos na formação acadêmica: estudantes de biblioteconomia. *Revista ACB*, v. 13, n. 1, p. 130-144, 2008.

LINDSTAEDT, A. R. S.; OTT, E. Evidenciação de informações ambientais pela contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte-americanas e brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 18, n. 4, p. 11-35, 2007.

LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L. de; PFITSCHER, E. D. Agenda ambiental na administração pública (A3P) e práticas de sustentabilidade: estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 5, n. 2, p. 54-62, 2013.

MAÇAMBANNI, T. A.; BELLEN, H. M. V.; SILVA, T. L. da; VENTURA, C. Evidenciação Socioambiental: Uma Análise do Balanço Social de Empresas do Setor Elétrico que atuam nas Regiões Sul e Nordeste do Brasil. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade-GeAS*, v. 2, n. 1, p. 123-142, 2013.

MURCIA, F. D.; ROVER, S.; LIMA, I.; FÁVERO, L. P. L.; LIMA, G. A. S. F. Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Revista UnB Contábil*, v. 11, n. 1-2, p. 260-278, 2008.

NAKASONE, G. T. Contabilidade ambiental no Peru: uma proposta baseada no relatório de sustentabilidade nas indústrias mineira, petrolífera e do gás. *Contabilidad y Negocios*, v. 10, n. 19, p. 5-26, 2015.

NEITZKE, A. C. A.; GONÇALVES, G. P.; OLIVEIRA, R. M.; MACHADO, D. G.; GIBBON, A. R. O. Custos ambientais: um estudo exploratório em um estaleiro da região sul do Brasil. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 5, n. 2, p. 71-86, 2015.

OLIVEIRA, C. E. de; ALMEIDA, F. A. de; SILVA, U. G.; CARVALHO, J. M. R. de. Um estudo acerca do desempenho social de empresa do setor de petróleo face à crise financeira internacional. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 5, n. 10, p. 160-174, 2016.

ORELLANO, V. I. F.; QUIOTA, S. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 5, p. 471-484, 2011.

ORO, I. M.; VICENTI, T.; SCARPIN, J. E. Balanço social no terceiro setor: análise do modelo ibase com relação à transparência e prestação de contas à sociedade. *ConTexto*, v. 14, p. 26, p. 76-89, 2014.

PAMPLONA, V.; PFITSCHER, E. D.; UHLMANN, V. O.; LIMONGI, B. Gestão e contabilidade ambiental: estudo de caso em instituição hospitalar. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 14, n. 2, p. 3-17, 2011.

PEREIRA, R. C.; FAGUNDES, M. B. B.; ANDRADE, E. S.; DRESCH, L. O.; SOPRANE, G. A. Balanço social e o indicador de lucro social para empresas cidadãs: o caso Embrapa. *Revista IDEAS*, v. 4, n. 2, p. 519-543, 2010.

PINHEIRO, V. A. A.; BOSCOV, C. P. Análise de informações por segmento das empresas premiadas pelo Troféu Transparência ANEFAC/PIPECAFI/SERASA 2013. *Contexto*, v. 15, n. 29, p. 96-112, 2015.

RIBEIRO, M. S. Uma reflexão sobre as oportunidades para a Contabilidade Ambiental. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 17, n. Especial, p. 4-17, 2012.

RODRIGUES, H. S.; OLIVEIRA, I. G. S.; SOBRINHO, W. B. R.; ALMEIDA, J. E. F. Estudo da influência da abertura de capital na formação do nível de disclosure voluntário: uma análise ex ante e ex post. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 6, n.3, p. 39-56, 2014.

SANTOS, A. D. O.; SILVA, F. B. D.; SOUZA, S. D.; SOUSA, M. F. R. D. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 12, n. 27, p. 89-99, 2001.

SILVA, H. F.; OLIVEIRA, J. D.; JESUS, M. A. Responsabilidade social: percepção dos alunos de engenharia de uma IES Pública. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. *Anais...* São Paulo, SP, Brasil, v. 10, 2013.

SILVA, J. C. P.; RIOS, R. P. Contabilidade Ambiental: O grau de conhecimento dos contadores do sul e sudeste do estado do Pará. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios-FAC*, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2014.

SILVA, J. L. C.; HERMOSILLA, J. L. G.; SILVA, E. C. C.; CASTRO, M. C. A. A. Um estudo sobre as publicações de investimento em meio ambiente do setor empresarial com base no balanço social. *Revista UNIARA*, v. 21, n. 22, p. 72-83, 2009.

SILVA, M. D. O. P.; CALLADO, A. A. C. Análise de modelos de balanced scorecard elaborados a partir da ótica da sustentabilidade através do uso da matriz SWOT. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 3 n. 4, p. 87-103, 2013.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, J. E. P.; ROBLES, L. T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 6, p. 1077- 1096, 2006.